

L E I nº 2.680/2006

Data : 10 de outubro de 2006.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de área, situada no imóvel cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com o **CONDOMÍNIO INCUBADORA EMPRESARIAL**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de cessão da área com 5.394,46 m², assim discriminada: Condomínio Incubadora (sala 12), com 13,01 m²; Condomínio Vigia (sala 14), com 2,45 m²; Condomínio Banheiros, com 59,40 m²; Arruamento e Calçadas, com 4.174,60 m²; e Jardins, com 1.145,00 m², situada no imóvel, onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com o empresa **CONDOMÍNIO INCUBADORA EMPRESARIAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.332.528/0001-20, com sede nesta cidade de Bandeirantes(PR), pelo prazo de 07 (sete) anos.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, desde já, por sua conveniência, a prorrogar o prazo desta cessão por igual período.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, destinam-se às atividades no ramo de prestação de serviços.

Parágrafo Único – O cessionário não poderá transferir a terceiros o objeto deste contrato, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando a área mencionada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2006.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal